

A história da educação consolidou-se como área de conhecimento educacional, em meados do século XIX, associada à ideia de que o passado é portador de lições. Nessa chave de leitura, seu estudo permitiria aos educadores apropriarem-se do passado para iluminar as práticas pedagógicas em curso e melhor projetá-las no futuro. Essa noção da história *magistra vitae*, que predominou por séculos, não encontra mais adeptos no debate entre os especialistas, embora siga forte como representação da função da história entre os leigos.

Na esfera acadêmico-educacional, espaço no qual se situam os leitores e os autores da *Revista Brasileira de Educação (RBE)*, a crítica à história como repositório de exemplos de virtude não representou desinteresse pelo estudo do passado. Com efeito, se o passado não oferecia lições para o presente, o seu conhecimento contribuiria para a compreensão das razões humanas e sociais que levaram à cristalização de formas de ensinar e de organizar o ensino em diferentes contextos culturais e temporais. Além disso, o entendimento da história possibilitava a “desnaturalização” do mundo social, mostrando como os processos formativos resultaram de escolhas, entre outras possíveis, de indivíduos e de grupos sociais, ora em confronto, ora em colaboração, e em posições de poder diferenciadas.

Em sintonia com essa percepção atualizada da função da história, este número da *RBE* reúne onze artigos, sendo oito associados direta ou indiretamente à história da educação. No primeiro, valendo-se de pontos de vista pedagógico, arquitetônico e urbanístico, Ester Buffa e Gelson de Almeida Pinto apresentam e problematizam o modelo de *campus* para a organização da universidade brasileira. Os autores destacam a arquitetura modernista racionalista desse modelo, implantado no Brasil a partir dos anos 1960, tendo como horizonte e contraponto as experiências das universidades europeias e norte-americanas. No segundo, Rosa Fátima de Souza discute algumas abordagens e métodos norteadores do recurso da comparação, em termos históricos e educacionais. Nessa perspectiva, foram identificadas as tensões entre o regional, o estadual, o nacional e o internacional, considerando, por um lado, a perspectiva política e, por outro, as representações sobre as identidades. A autora aponta desafios e possibilidades de estudos dessa natureza, compreendendo a comparação como instrumental para a reflexão tanto da produção acadêmica quanto das realidades educacionais dos diferentes países.

José Anchieta de Oliveira Bentes e Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi retomam o contexto de criação do Instituto Nacional de Surdos (INES) tendo como horizonte analítico as mudanças na percepção e na concepção da educação especial. Para a construção argumentativa, os autores refletem sobre o processo

de produção dos conceitos de *normalidade, diversidade e alteridade*. Somando à perspectiva da educação especial uma visão histórica, Maria Edith Romano Siems-Marcondes apresenta aspectos da trajetória de implantação da educação especial no território federal de Roraima (1970-1990). A autora constrói uma análise da “história vista de baixo”, inspirada em E. P. Thompson, assumindo como objetivo analisar a experiência dos sujeitos, evidenciando como Roraima tornou-se campo de aplicação das políticas projetadas pelo regime militar.

A legislação educacional é objeto de estudo em dois artigos. O primeiro, de Juarez José Tuchinski dos Anjos e Gizele de Souza, adota como fonte os regulamentos de instrução e as leis do ensino obrigatório, presentes na legislação escolar da província do Paraná, entre os anos de 1857 e 1883, com objetivo de discutir os processos de escolarização da infância. A lei n. 11.645/2008, que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena no ensino básico, é discutida por Kelly Russo e Mariana Paladino. As autoras pesquisam a implementação dessa lei na região do Grande Rio (Rio de Janeiro) com base nas representações e práticas de professores, de escolas municipais e estaduais, acerca da lei e do ensino sobre a realidade dos povos indígenas.

Claudio Almir Dalbosco focaliza a teoria da história ao problematizar a concepção rousseauiana de tempo. O autor trabalha com a hipótese de que tal concepção não é especificamente cíclica (antiga) nem só linear (cristã e/ou moderna), mas sim ambivalente, cuja síntese original repousa na noção de *perfectibilité*. O ensaio conclui argumentando sobre o modo como essa noção de história interfere no projeto educacional esboçado em *Émile*.

Fechando esse bloco de artigos, associados direta ou indiretamente ao campo historiográfico, Daniel Luciano Gevehr aborda o ensino de história discorrendo sobre os impactos da modernidade e suas diferentes dimensões culturais. Discute como as redefinições dos modelos de ensino da história, antes pautado em memorizações, linearidades e heroicizações, apresentam hoje novos problemas. Entende que a espetacularização dos acontecimentos e a instantaneidade com que são representados impõem a necessidade do ensino de história voltar-se para a leitura de mundo e de seus espaços, buscando assim a articulação entre aonde queremos chegar e o lugar em que estamos agora.

Esta edição traz também dois artigos sobre currículo. No primeiro, o currículo é estudado conforme uma perspectiva analítica das políticas públicas, e, no segundo, é visto na perspectiva da teoria curricular. Cláudia Valentina Assumpção Galian analisa os Parâmetros Curriculares Nacionais e as propostas elaboradas por dois estados brasileiros procurando identificar o conhecimento considerado relevante para ser disponibilizado no ensino fundamental, em ciências naturais e arte. Para a análise, a autora utiliza os conceitos de “recontextualização” e de “conhecimento poderoso”. Os resultados sugerem que a discussão sobre as definições curriculares tende a se acirrar quando se trata de disciplina socialmente reconhecida como relevante – as ciências –, mais do que quando se trata de pensar no potencial formativo das artes. Em uma perspectiva discursiva, Hugo Heleno Camilo Costa e Alice Casimiro Lopes, com base em estudos centrados em políticas de currículo, discutem o pensamento de Ivor Goodson com foco na interpretação das comunidades disciplinares, entendidas como subjetivações produzidas na política. O artigo focaliza o que Goodson

faz pensar sobre as comunidades disciplinares e como sua noção de subjetividade disciplinar, na produção das políticas de currículo, deve ser objeto de análises críticas quando olhada com base em aportes teóricos pós-estruturalistas.

Encerrando a sessão de artigos, Cristina Pinto Albuquerque, José Soares Ferreira e Graça Brites trabalham com a relação entre educação e empreendedorismo. Nessa articulação, a educação é considerada um elemento estratégico na promoção de modelos de desenvolvimento mais inclusivos, éticos e holísticos. Os autores apresentam a pedagogia empreendedora, associada à capacitação e à educação para a cidadania.

As duas resenhas que finalizam este número estão articuladas às temáticas da história da educação e do currículo. Na obra resenhada por Rafael Severiano, *Beberagens indígenas e educação não escolar no Brasil colonial*, a autora Maria Betânia Barbosa discute e denuncia a concepção de educação que privilegia os saberes escolares e silencia os saberes diversificados não escolares. Por fim, *Internationalizing the curriculum*, de Betty Leask, resenhada por José Marcelo Freitas de Luna, tem como foco o processo de internacionalização das instituições de ensino superior (IES) e, por consequência, as maneiras de pensar o currículo.

Esperamos que desfrutem do prazer de uma ótima leitura.

**Antonio Carlos Rodrigues de Amorim**

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

**Carlos Bernardo Skliar**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales  
Cidade Autónoma de Buenos Aires – Argentina

**Cláudia Ribeiro Bellochio**

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

**Laura Cristina Vieira Pizzi**

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil

**Marcelo Andrade**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Marcus Levy Bencostta**

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

**Maria da Conceição Passeggi**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

**Marília Gouvea de Miranda**

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

*Rio de Janeiro, outubro de 2016*